

## **DISTORÇÕES DO PASSADO** *A MEMÓRIA COLETIVA E O GOLPE MILITAR DE 1964*

*Leonardo Lopes de Mendonça<sup>1</sup>*

**Resumo:** O artigo a seguir dedica-se a discutir as distorções da memória coletiva brasileira e, especificamente, as motivações por trás das disputas pelas narrativas dos acontecimentos das rupturas democráticas de 1964. Os argumentos apresentados apontam para a confluência de fatores como a aliança do setor militar e das classes dominantes e o modelo neoliberal com seus efeitos na vida cotidiana, com o objetivo de apagar a consciência coletiva acerca das tensões sociais ou da luta de classes. Para tal, o texto vale-se das considerações dos professores Marcos Napolitano e Rodrigo Turin acerca de suas reflexões sobre o negacionismo e o revisionismo histórico e da “aceleração do tempo” como dimensão da dinâmica social do neoliberalismo, respectivamente. Como chave interpretativa, esses conceitos abrem valiosas elucidaciones para todos os interessados em uma leitura ampla dos espectros políticos e sociais do Brasil contemporâneo. Espera-se que o presente ensaio sirva como ferramenta reflexiva no auxílio de trabalhos futuros que visem compreender a atual conjuntura partindo da disputa pela memória coletiva nacional, principalmente quanto ao maior trauma institucional percebido no último século: a ditadura militar. Trazer à tona a discussão em torno da memória do mais recente período de ruptura democrática constitui elemento basilar para explicar a luta de classes no Brasil contemporâneo, pois as forças políticas em tensão, em grande medida, podem ser consideradas sob a perspectiva da continuidade.

**Palavras-chave:** Luta de classes; Neoliberalismo; Golpe militar; Negacionismo.

## **DISTORTIONS OF THE PAST** *COLLECTIVE MEMORY AND THE MILITARY COUP OF 1964*

**Abstract:** The following article is dedicated to discussing the distortions of the Brazilian collective memory and, specifically, the motivations behind the disputes over the narratives of the events of the democratic ruptures of 1964. The presented arguments point to the confluence of factors such as the alliance of the military and the ruling classes and the neoliberal model with its effects on everyday life, with the aim of erasing collective consciousness about social tensions or class struggle. To this end, the text makes use of the considerations of professors Marcos Napolitano and Rodrigo Turin about their reflections on denialism and historical revisionism and on the “acceleration of time” as a dimension of the social dynamics of neoliberalism, respectively. As an interpretative key, these concepts open valuable elucidations for all those interested in a broad reading of the political and social spectrums of contemporary Brazil. It is hoped that this essay will serve as a reflexive tool to help future works that aim to understand the current conjuncture based on the dispute over national collective memory, specially regarding the greatest institutional trauma perceived in the last century: the military dictatorship. Bringing up the discussion about the memory of the most recent period of democratic rupture is a fundamental element to explain the class struggle in Brazil, since the political forces in tension, to a large extent, can be considered from the perspective of continuity.

**Keywords:** Class struggle; Neoliberalism; Military coup; Denialism.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); graduado em História pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: leo23lopesmendonca@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O passado de um povo, país ou nação constitui aspecto fundamental para a construção da memória coletiva destes agrupamentos humanos. A história da nação une os nacionais em torno de uma identidade comum, e, por vezes, fatos e acontecimentos considerados relevantes são apropriados por grupos hegemônicos para legitimar a dominação desses sobre os demais. Portanto, a disputa pelas narrativas do passado é parte significativa da disputa pela hegemonia de classe.

Um aspecto importante para a compreensão do pensamento hegemônico é a identificação das classes sociais em tensão permanente no tecido social. No Brasil, particularmente, a História aponta para uma certa proximidade ou, em alguns momentos, protagonismo de um grupo em especial com o poder de direção do Estado: os militares. Estes, ao menos desde a queda do império, foram agentes ou legitimadores das rupturas ou tentativas de ruptura política e institucional no país, começando pelo golpe que removeu Pedro II, passando pela ascensão de Getúlio Vargas, pela pressão contrária à posse de Juscelino Kubitschek e depois a de João Goulart e culminando com o golpe militar de abril de 1964, que transformou o Brasil em uma espécie de modelo a ser copiado por outras ditaduras, principalmente na porção sul do continente americano.

No entanto, a percepção média do brasileiro sobre o passado de seu próprio país parece, em certo sentido, atenuar ou excluir a responsabilidade das Forças Armadas no que se refere aos acontecimentos disruptivos. Mesmo quando se trata do protagonismo inequívoco dos militares na ditadura, parte significativa da população ainda nega o termo golpe e o rebatiza de revolução. A narrativa que vigorou nos veículos instrucionais oficiais durante o regime (1964-1985) punha os militares como defensores da democracia e da moral cristã e últimos bastiões contra o poderoso inimigo: o comunismo.

Passadas mais de três décadas e meia do fim da ditadura militar, a memória coletiva de parte da sociedade lembra o período a partir do viés ideológico difundido pelos militares e seus apoiadores, em detrimento de vasta bibliografia produzida desde então, em que a responsabilidade das Forças Armadas nas perseguições, torturas e assassinatos, assegurada por ampla documentação, mostra-se inquestionável. Então por que a História não consegue formar a consciência coletiva dessa parte da população? Para tentar responder esta questão é necessário analisar diferentes aspectos constitutivos da sociedade brasileira como as classes hegemônicas, o modelo econômico e a relação capital-trabalho, assim como descortinar as intenções por trás de modelos explicativos que tiram ou atenuam o chamado “dispositivo militar” (BETHELL, 2015, p. 217) da cultura política brasileira. Para começar, é importante realizar uma breve digressão na

história política recente, ou melhor, na história das interferências dos militares na cena política brasileira.

## **2 BRASIL: UM PAÍS TUTELADO**

No Brasil, as Forças Armadas estiveram no poder durante vinte e um anos após o golpe de Estado de 1964. A radicalização das ações, optando pela solução através das armas, foi acompanhada de ideias e medidas mais tradicionais no setor econômico e político, o que evidenciava o caráter reacionário da ruptura política chefiada pelos militares. Não obstante, considerando todas as intervenções ocorridas a partir de 1930, as Forças Armadas intervieram quatro vezes contra a democracia pluralista (1937, 1954, 1961 e 1964) e somente duas vezes para garantir a legalidade constitucional (1945 e 1955). Duas intervenções anteriores à de 1964 (as de 1954 e 1961) podem ser consideradas igualmente favoráveis a projetos de desenvolvimento antinacionalistas e liberais do ponto de vista econômico, o que credencia, em certa medida, a qualificar essas intervenções como “teste de golpe de Estado” contra o sistema político estabelecido (BETHELL, 2015, p. 215).

Embora depois de 1930 os militares brasileiros, sobretudo os do exército, tenham constituído uma espécie de autoridade acima das demais e contra a qual era impossível governar, entre 1930 e 1964 as Forças Armadas, profundamente politizadas ou ao menos “ideologizadas”, estiveram divididas entre duas tendências principais cujos confrontos públicos interromperam a vida política. As majorias cambiantes, ou melhor, as mudanças dos grupos dominantes no seio das Forças Armadas, ora favorável a uma política populista e nacionalista próxima da de Vargas e de seus herdeiros, ora próxima das posições dos liberais conservadores determinaram, ainda que de forma não proposital, os limites e as garantias da autonomia governamental. Não só o setor hegemônico dentro das Forças Armadas sancionava e ratificava os resultados eleitorais, como também todos os governos tinham consciência da necessidade de neutralizar seus adversários na instituição com o propósito de ter liberdade de ação. Sem tal “dispositivo militar” (BETHELL, 2015, p. 217), expressão que se referia ao que era virtualmente uma instituição, a estabilidade política era impossível (BETHELL, 2015, p. 215).

Em 1964, as forças armadas não se limitaram a fazer uma simples intervenção corretiva, como em ocasiões anteriores. Ao que parece, os fatores determinantes para os acontecimentos daquele ano estavam intrincados ao contexto da Guerra Fria que imperava na América Latina. A chamada revolução de 1964 foi, em grande medida, um golpe a favor do Estado, ou seja, uma fratura institucional com o propósito de reordenar

sobre novos alicerces uma organização estatal que fosse capaz de apaziguar os anseios da classe trabalhadora (HERRERA, 1986, p.217). A Guerra Fria e o início de uma nova fase de desenvolvimento industrial que implicava em uma modificação do modelo de distribuição de renda fortaleceram ainda mais a posição dos militares liberais alinhados com a corrente democrática entre os quais predominavam antigos membros da Força Expedicionária Brasileira – FEB - que haviam participado da Segunda Guerra Mundial. Esses oficiais brasileiros, que lutaram ao lado do quarto corpo do Exército norte-americano na campanha da Itália, eram, em sua maioria, antigetulistas e partidários do livre mercado (HERRERA, 1986). Havia desempenhado papel importante na formulação da Escola Superior de Guerra e da Doutrina de Segurança Nacional, que atrelava o desenvolvimento nacional à segurança de Estado e, ao atribuir aos militares a função de definir os “objetivos nacionais permanentes” (HERRERA, 1986, p.217), justificava seus valores em nome da Guerra Fria (HERRERA, 1986).

A constante participação de quadros importantes do setor militar na disputa eleitoral referendava, de certa forma, a vigência do arranjo político em curso. Nesse sentido, o transcurso democrático do governo de Juscelino Kubitschek constitui formidável exemplo. Em 1958, JK propôs um audacioso plano para a política externa denominada Operação Pan-americana – OPA - segundo a qual os Estados Unidos deveriam capitanear um programa de investimentos tendo em vista, entre outras pautas, a erradicação da pobreza na América Latina. O plano previa investimentos na ordem de 3,1 bilhões de dólares destinados ao Brasil. A proposta teve grande repercussão e forçou os EUA a voltarem sua atenção para o continente. Embora na prática os resultados obtidos tenham se mostrado aquém das expectativas, eles trouxeram alguns ganhos para a política desenvolvimentista da região. Entre elas, destaca-se a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - em 1959. A OPA foi importante para Brasil pois sinalizou certa autonomia no quadro geopolítico do período. Acostumado a se alinhar à política internacional dos EUA, com a OPA, o país passou a ter uma presença mais firme na defesa das políticas de não-alinhamento. A conjuntura do período ajuda a explicar a posição do Brasil: na segunda metade dos anos 1950, o processo de descolonização da África e da Ásia era pauta constante nos fóruns políticos internacionais. Entre 1956 e 1964, 17 novos países resultaram das tensões descritas, destarte importantes economias regionais como Índia, Iugoslávia e Egito estabeleciam uma “terceira via” diplomático-comercial ao procurar desvencilharem-se da bipolaridade característica da Guerra Fria por meio do movimento dos países não-alinhados. O grupo composto pelos países recém-formados e pelos não-alinhados se tornou fonte de preocupação para os EUA, porque a

atitude de autonomia também conquistou a simpatia das nações latino-americanas. Nesse ínterim, se a iniciativa da OPA não confrontava diretamente os interesses estadunidenses, exigia maior atenção de Washington para as solicitações dos países da América Latina (FICO, 2019).

O comportamento de JK ante as eleições de 1961 indicava, em certa medida, que ele planejava voltar à Presidência da República, candidatando-se nas eleições de 1965. Em função disso, talvez não tenha se empenhado na escolha do candidato que concorreria por sua legenda. O Partido Social Democrata – PSD – definiu-se pela candidatura do Ministro da Guerra, general Lott, que havia se tornado o grande fiador do governo JK. Lott foi importante para dirimir potenciais crises militares, como a rebelião ocorrida dias depois da posse, quando oficiais da Aeronáutica tomaram um avião na Base Aérea dos Afonsos e seguiram para a Base Aérea de Jacareacanga, no sul do Pará. Eles representavam uma importante ala antigetulista que havia na Aeronáutica. Estabelecendo-se em um quartel-general em Jacareacanga, conseguiram controlar localidades vizinhas e, apesar de improvisada, o governo teve problemas para controlar a rebelião, não só porque o oficial da Aeronáutica enviado para combatê-la aderiu ao movimento, mas também porque a região dominada era de difícil acesso (HIPOLITO, 2012).

O general Lott foi fundamental para a garantia do governo JK ante as insatisfações dos militares, o que lhe rendeu certa projeção nacional, possibilitando sua indicação como candidato do PSD à Presidência da República. No entanto, o general não possuía muita habilidade política. Se por um lado os militares arrogavam para si o poder garantidor da ordem democrática, por outro, a população mostrava, através do sufrágio, que não concederia tal poder a esta categoria. Porém, quando a democracia passou a ser sistematicamente difamada, os ventos da política mudaram de direção. As Forças Armadas, gradualmente, ganhavam destaque cada vez mais relevantes nos rumos do país (HIPOLITO, 2012).

Em janeiro de 1960, Jânio Quadros é empossado Presidente da República. O sucessor de JK fez carreira na política sob o rótulo do político anticorrupção e defensor dos valores conservadores. Quanto ao aspecto econômico, Jânio adotou um plano ortodoxo de estabilização, o que lhe conferiu imediato apoio do setor financeiro internacional e do governo dos EUA. Seguindo a cartilha do FMI, a moeda foi desvalorizada, os gastos públicos contidos e a expansão monetária controlada. Dessa forma, pôde renegociar a dívida e contratar novos empréstimos junto aos organismos internacionais. Outra marca do governo Jânio Quadros foi a chamada Política Externa

Independente – PEI -, que reafirmava o posicionamento autônomo em relação à política externa dos Estados Unidos. A principal pauta das Relações Exteriores referentes à América Latina era Cuba, que havia optado pelo comunismo e se encontrava sob forte pressão do governo estadunidense. A diplomacia brasileira buscou fincar suas tradicionais posições em favor da autodeterminação dos povos e do princípio da não-intervenção. Porém, além da pressão norte-americana, que não admitiria uma segunda Cuba no continente, havia também a pressão interna de militares e civis anticomunistas (FICO, 2019).

Ao que tudo indica, Jânio planejou dar um autogolpe para obter maiores poderes para a Presidência da República e com isso estabelecer uma posição de supremacia em detrimento do Congresso Nacional. Em agosto de 1961, enviou seu vice-presidente, João Goulart, em missão especial à China comunista. O governo brasileiro apoiava o ingresso desse país na ONU, portanto, a missão de João Goulart parecia justificada. No entanto, enquanto Goulart encontrava-se na China, Jânio surpreendeu a todos renunciando ao cargo de presidente da República. Ele tentava causar grande comoção, levando as pessoas a pedirem por sua permanência e, por conseguinte, a concordarem com o aumento de seus poderes. Mas a mobilização esperada não aconteceu e o Congresso, sem muito alarde, simplesmente aceitou sua renúncia. De Brasília, ele seguiu para São Paulo e, poucos dias depois, deixou o país, iniciando a escalada das tensões entre os setores conservadores e progressistas (FICO, 2019).

Como Goulart estava na China, coube ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumir interinamente o cargo de Presidente da República. Jango deveria retornar para assumir o poder; contudo, os Ministros militares declararam que não o aceitariam na Presidência. Goulart era malvisto entre os militares por seu alinhamento à política trabalhista de Vargas: quando atuou como Ministro do Trabalho (1953-1954) propôs o aumento do salário mínimo em 100%. Suas conexões com os sindicatos eram outro fator que incomodava bastante os militares, além de ser considerado esquerdista e simpático aos comunistas. Mazzilli fez chegar mensagem ao presidente do Congresso informando que os Ministros da Guerra, marechal Odílio Denis, da Marinha, vice-almirante Sylvio Heck, e da Aeronáutica, brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss, “na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso do vice-presidente João Belchior Marques Goulart” (BRASIL, 1961, p. 167). Dias depois, os ministros veicularam um manifesto em que constava a posição oficial dos chefes militares, reafirmando que o retorno de Goulart seria uma “absoluta inconveniência” (BRASIL, 1961,

p. 167). Diziam ainda que Jango, quando à frente do Ministério do Trabalho do governo Vargas, “mostrara suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses das nossas classes trabalhadoras” (BRASIL, 1961, p. 167). O manifesto prosseguia afirmando que Jango nomeara esquerdistas para cargos de altíssima relevância do ministério, “ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional” (BRASIL, 1961, p. 167). Mencionaram ainda, a presença do vice-presidente na China, onde teria demonstrado de forma “clara e patente sua incontida admiração ao regime [...] exaltando o êxito das comunas populares” (BRASIL, 1961, p. 167).

Segundo o manifesto dos militares, o retorno de Jango mostrava-se inconveniente, porque, além das críticas já citadas, o presidencialismo era um “regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da nação” (BRASIL, 1961, p. 167). A solução encontrada no âmbito do Congresso Nacional, de certa forma para atender às reivindicações dos chefes militares, foi a implantação, às pressas, do regime parlamentarista. Assim, os poderes de Goulart seriam reduzidos e o governo conduzido por um primeiro-ministro (FICO, 2019).

Em 2 de setembro de 1961, o Congresso Nacional aprovou a instauração do parlamentarismo no Brasil. Jango optou por tomar posse, estrategicamente, em 7 de setembro, dia da Independência. Tancredo Neves, de Minas Gerais, foi nomeado primeiro-ministro, mas logo teve de renunciar, em junho de 1962, para candidatar-se a um novo mandato na Câmara dos Deputados. Goulart indicou o renomado político San Tiago Dantas para o cargo, mas seu nome não foi aceito pela ala conservadora do Congresso. Apresentou então outro nome, o do senador Auro de Moura Andrade, mas dessa vez a reação surgiu por parte dos operários, que não concordavam com a retirada da indicação de Dantas. Por fim, exercendo sua habilidade conciliadora, Goulart apresentou o nome do deputado gaúcho Brochado da Rocha. Sem muita relevância política no cenário nacional, o nome escolhido não provocou grandes inquietações nem entre os conservadores, nem entre a base eleitoral de Jango, o operariado. Ao assumir, prometeu antecipar o plebiscito que confirmaria ou não o parlamentarismo, uma consulta popular seria convocada nove meses antes do fim do mandato de Goulart. No entanto, diante da impossibilidade de cumprir a promessa de antecipação do plebiscito, Brochado da Rocha renunciou. Os operários, para pressionar os parlamentares, decretaram uma greve geral e o Congresso marcou o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Dias antes da marcação da consulta popular, Jango, visando aumentar sua popularidade, concedeu

aumento de 75% do salário mínimo. O resultado foi extremamente favorável: dos cerca de onze milhões de eleitores que votaram no plebiscito quase 9,5 milhões optaram pelo presidencialismo (ABREU, 1990).

Após resultado favorável no plebiscito, restaurado o presidencialismo, Jango pôde governar com os poderes inerentes ao cargo de chefe do poder executivo. No entanto, as campanhas de desestabilização, financiadas em grande parte pelo capital externo, notadamente pelos EUA, se intensificaram e passaram a representar o pilar estratégico da oposição, que contava ainda com forte apoio dos oficiais das Forças Armadas. Em 1962, por exemplo, por ocasião das eleições para governadores e parlamentares, os candidatos que faziam oposição a Goulart receberam poderoso aporte financeiro e de propaganda advindos do governo estadunidense. Segundo palavras do próprio embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, o montante empregado durante as eleições foi da ordem de 5 milhões de dólares. A estratégia para enfraquecer o apoio popular de que gozava Jango parecia bem definida: difundir a imagem de simpatizante do comunismo e alimentar boatos de um golpe de Estado que mergulharia o Brasil em um regime semelhante ao de Cuba. Um relatório norte-americano de 1964 aponta para gastos de 2 milhões de dólares referentes à propaganda em rádios, jornais e unidades móveis de exibição de filmes, que veiculavam propaganda anticomunista e contra o governo. Somente no ano de 1963, foram realizadas 1.706 exibições, apenas no Rio de Janeiro, para cerca de 179 mil militares, em quartéis, escolas e navios (ABREU, 1990).

Essas campanhas difamatórias contra o governo eram conduzidas basicamente por duas associações empresariais: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD – e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES. Um dos objetivos do IBAD consistia em financiar e repassar recursos para minar campanhas de partidos e políticos considerados de esquerda. Entretanto, também atuou como elemento propagandístico da oposição, chegando até mesmo a alugar um jornal, *A Noite*, que, antes de ser cooptado, era reconhecidamente pró-governo e subitamente migrou para a oposição. A interferência e as relações do IBAD com as propagandas caluniosas logo vieram à tona e obrigou os parlamentares a instaurarem uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI. A exposição negativa do Instituto selou sua existência. Já o IPES, atuante desde 1961, exercia influência de forma ainda mais direta que o IBAD. Através de palestras, cursos e produção bibliográfica, o grupo fomentava discursos e ações anticomunistas e antigoverno, por vezes, entrelaçando-os. Possuía ligação com outros grupos de oposição advindos de variados setores da sociedade. Entre esses, estavam a Campanha da Mulher pela Democracia e a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos. Cabe ressaltar



ainda que muitos dos membros do IBAD também integravam a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Dessa forma, o Instituto funcionava como um caldeirão que reunia praticamente todos os representantes dos setores que faziam oposição aberta a Goulart: parte do empresariado, o conservadorismo cristão e os militares. Além disso, o governo dos EUA liberava empréstimos diretamente para Estados governados por políticos de oposição a Goulart. Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, governadores dos Estados da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, figuram como beneficiários dos aportes financeiros dos EUA sem a devida intermediação do governo federal (NAPOLITANO, 2014).

De fato, a reforma agrária, dentre as reformas defendidas pelo governo, parecia ser a que mais incomodava as elites econômicas e, ao mesmo tempo, a que mais entusiasmava a classe trabalhadora em geral. Contudo, o governo de João Goulart nunca avançou nas reformas para além do discurso. Pelo contrário, o caráter revolucionário praticamente desapareceu frente à forte conotação nacionalista. Além da reforma agrária, Jango prometia reformar os bancos, o sistema habitacional e outros setores da administração do Estado. Tão amplas perspectivas não se consolidavam em projetos concretos, servindo mais como discurso político que alimentava o anticomunismo das elites políticas conservadoras, de parcela significativa do empresariado e de parte da classe média. Em agosto de 1963, durante as cerimônias que comemoravam a morte de Vargas, Jango foi impelido por apoiadores a assumir uma posição política mais clara. Em discurso, garantiu que não lutaria apenas pela reforma agrária que, segundo ele, constituía uma das aspirações mais legítimas, não apenas dos trabalhadores, mas de toda nação brasileira e incluiria também na proposta outras reformas, como a bancária, pois o crédito seria patrimônio da nação e não poderia estar à mercê de interesses de grupos. Parece que a partir deste ponto, Goulart optou por implementar, de fato, as reformas de base (FICO, 2014).

Quando deu seu emblemático e derradeiro discurso na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, Jango acionou nos setores reacionários o gatilho do não-retorno. A partir daquele momento as mobilizações contra o governo se intensificariam e, ao mesmo tempo, aumentaria o coro por uma intervenção direta dos militares nos rumos políticos do país. Desnecessário avançar na análise de conjuntura pós-golpe. O objetivo até aqui foi demonstrar a participação inequívoca do “dispositivo militar” (BETHELL, 2015, p. 217) na vida político-institucional brasileira. Nas próximas páginas, a tentativa será a de evidenciar como opera o encobrimento dessa participação. Outrossim, demonstrar que por trás do pretenso patriotismo defendido pelas Forças Armadas na luta contra o

comunismo no contexto da Guerra Fria e, de certa forma, embrenhado em parcela significativa da população está o pensamento hegemônico das classes dominantes contra a classe trabalhadora.

### 3 A LUTA PELA MEMÓRIA: A HISTORIOGRAFIA E O REVISIONISMO IDEOLÓGICO

O século XXI é palco da invasão das mídias digitais nas diversas esferas da vida cotidiana das pessoas em grande parte do mundo. De posse de um aparelho smartphone, uma pessoa, criança, jovem ou idosa é bombardeada de imagens e notícias de toda monta durante todo o dia. O fluxo contínuo de informações gera uma equivocada percepção de que atualmente a população se encontra mais bem-informada. O termo equivocada se justifica porque, ao que parece, apesar de estarmos de fato mais próximos dos acontecimentos, não temos tempo para digerir de forma adequada a informação; ou seja, o bombardeio midiático a que todos estamos expostos não nos permite refletir e criticar as informações com a devida cautela. Sobre este aspecto do cotidiano contemporâneo, o professor Rodrigo Turin esclarece que:

Nas redes sociais, o “compartilhamento” de um mesmo presente se processa na dimensão da difusão “viral”, em uma velocidade e com efeitos incontroláveis pelos sujeitos. Na hiperaceleração do consumo de imagens e notícias, os tempos da crítica e da dúvida tornam-se anacrônicos, ou mesmo quixotescos. (TURIN, 2019. p.16).

Neste instigante texto, Turin (2019) introduz em sua análise outro elemento essencial para a compreensão do cotidiano, ou melhor, para a formação da identidade coletiva em suas subjetividades: trata-se do neoliberalismo. Pensado *a priori* como um modelo econômico, o neoliberalismo, atualmente, constitui o *modus vivendi* das sociedades contemporâneas, ao menos as que estão inseridas no capitalismo financeiro globalizado; excluem-se talvez as sociedades isoladas nos rincões do planeta. Portanto, estamos falando da quase totalidade da população mundial. A lógica neoliberal que ordena as relações econômicas e sociais, interfere na percepção temporal das pessoas; explico: o fluxo de imagens e informações já discutido, somado à flexibilização do trabalho, se apresentam como geradores de um sintoma generalizado, o da sensação de estarmos sempre atrasados ou desatualizados. Entende-se por flexibilização do trabalho a quebra de paradigmas entre o lugar e a hora do trabalho e da vida privada. Dessa forma, o neoliberalismo engendra uma organização social pautada na aceleração do tempo. Ainda que tal aceleração seja produzida por imperativos mercadológicos, ela afeta diretamente a percepção temporal.

Os efeitos da aceleração do tempo em nosso cotidiano são aprofundados na obra dos professores Valdei Araújo e Mateus Pereira, *Atualismo 1.0* (PEREIRA E ARAÚJO,

2018). Os autores utilizam a emergência do termo “atualização” (PEREIRA E ARAÚJO, 2018, p.131) e suas variantes na sociedade contemporânea para demonstrar as mudanças de paradigma impressas pela lógica neoliberal. O argumento central gira em torno da ideia de que o conceito semântico do termo está também presente em uma espécie de nova compreensão da realidade, em que o presente e tudo nele contido, incluindo nós mesmos, está em constante processo de atualização. Porém, essa atualização, quando não realizada, torna a coisa obsoleta, ainda nos incluindo. Esta percepção é a matriz da aceleração do tempo em que tudo e todos estão inseridos. A busca ininterrupta pelas atualizações faz as pessoas perceberem o tempo em duas dimensões a saber: acelerado e, ao mesmo tempo, alongado. A distopia se dá pelo enquadramento ou tentativa de enquadramento aos preceitos norteadores das sociedades contemporâneas organizadas pela lógica neoliberal. Dentre os preceitos mais significativos desse enquadramento está o da resiliência. Trata-se justamente da capacidade de adequação ou adaptação às condições materiais voláteis ao sabor do capitalismo financeiro. Dito de outra forma, a ideologia hegemônica em nossos tempos diz que o indivíduo deve moldar-se no compasso das exigências empreendidas pelo mercado financeiro, sob pena de se tornar obsoleto. Neste sentido, as duas obras citadas se complementam e expandem o entendimento da leitura das sociedades contemporâneas.

Mas o que toda essa explicação tem a ver com a memória coletiva do brasileiro acerca do passado intervencionista e ditatorial encabeçado pelos militares? Vamos sistematizar a argumentação. Começemos pelos militares: como evidenciado nas páginas acima, esses giram em grande medida como legitimadores da ordem estabelecida. Enquanto tal, legitimavam invariavelmente os interesses de classe da elite econômica em detrimento da classe trabalhadora. Portanto, o investimento em uma narrativa simpática aos atos antidemocráticos listados favorece a manutenção, por meio de justificativas da ordem estabelecida. Para ficar em um exemplo, pode-se citar a empresa de mídia *Brasil Paralelo*. Essa empresa apresenta-se como portadora de uma certa ética que os historiadores, de forma proposital, supostamente escondem da população. Atuando em vários segmentos midiáticos, encontra grande lastro para a divulgação de suas reconstruções do passado. Em 2019, lançou o filme *1964: o Brasil entre armas e livros* em que, em linhas gerais, narra um passado de certa forma incômodo para a esquerda. Os insurgentes que lutavam contra a ditadura são retratados como comunistas a serviço da União Soviética, enquanto os militares, cumprindo seu dever patriótico, defendiam a nação do perigo vermelho. Ainda sobre o filme, o subtítulo (*o Brasil entre armas e livros*) refere-se à interpretação de seus idealizadores que sugere que, apesar das forças do bem

terem vencido nas armas, as forças do mal venceram *a posteriori* através dos livros, ou seja, dominando a narrativa sobre os acontecimentos de 1964, com o nítido propósito de trazer à baila a teoria conspiratória do chamado marxismo cultural.

Este tipo de produção de mídia tem significativo alcance em amplos setores da sociedade. Apesar das graves falhas metodológicas apresentadas nas narrativas, chama a atenção a qualidade técnica na edição das imagens e todo o conjunto audiovisual. Assim, o profissionalismo e o alto investimento financeiro empregados nestas produções evidenciam o estilo *Block Buster* de entretenimento de massa. Neste ponto, a ausência de rigor historiográfico se conecta com um dos sintomas da aceleração do tempo contemporâneo: a falta de tempo para digerir a informação. Os produtores dessas mídias apresentam seus filmes como documentário histórico e não como obra ficcional. Dessa forma, sua mensagem é percebida pelo grande público como uma impressionante aula de História. Para aprofundar o argumento, é necessário refletirmos sobre as formas de construção destas narrativas: o negacionismo e o revisionismo ideológico.

O texto do professor Marcos Napolitano *Negacionismo e Revisionismo Histórico no Século XXI* (2021) nos ajudará no entendimento dos conceitos. Sendo parte constitutiva do fazer História, o revisionismo é, em linhas gerais, “[...]um processo de revisão do conhecimento factual e das interpretações historiográficas dominantes, com base em novas questões teóricas, novas hipóteses, novos métodos de análise e novas fontes primárias.” (NAPOLITANO, 2021, p.98). Portanto, o revisionismo em si não é um problema, mas sim o seu uso distorcido, o negacionismo e o revisionismo ideológico. Napolitano assim define os termos:

O negacionismo poderia ser definido como a negação a priori de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado, em que pese várias possibilidades de interpretação validadas pelo debate historiográfico. [...] [E] há um revisionismo de matriz ideológica, que parte unicamente de demandas ideológicas e valorativas e colige fontes e autores para confirmar uma visão pré-construída acerca de um tema histórico, quase sempre polêmico. (NAPOLITANO, 2021, p. 98-99).

Diante das definições apresentadas, fica claro o propósito da construção distorcida das narrativas históricas. A confluência de interesses das classes dominantes é explicitamente defendida. No entanto, a assimilação acrítica destes conteúdos disputa, e por vezes vence, o lugar da memória coletiva, própria da historiografia. Como vimos, o ato de ingerência e ruptura democrática dos militares em 1964 foi uma ação em defesa dos interesses das classes dominantes. Imaginar que a ditadura e seus efeitos são página virada na história do país é não entender seus motivos, ou seja, uma narrativa que abrandava o protagonismo das forças militares (revisionismo ideológico) ou nega o caráter

antidemocrático do período (negacionismo) tem o propósito incontestado de esconder as tensões sociais daquele contexto e, portanto, esconder a própria luta de classes. Agentes executores dos interesses das classes dominantes, os militares contam com a proteção velada destes grupos. Os elevados investimentos empregados nas produções midiáticas de espectro negacionista ou revisionista ideológico indicam a manutenção da aliança entre a elite econômica e as Forças Armadas.

Ao mesmo tempo, as disputas pela memória se desenrolam em outro palco: as salas de aula das escolas e universidades. Um conhecido movimento espalhado por todos os cantos do país, intitulado Escola Sem Partido, tentou emplacar em 2016 um projeto de lei por meio do Senado Federal em que defendia abertamente a proibição do debate crítico nas salas de aula. Esse movimento, ao longo de seus quinze anos de militância organizada (2004-2019), apresentou cerca de 60 projetos como o apresentado no Senado por várias Câmaras Municipais pelo Brasil. Muitos desses projetos foram referendados pelo poder público local, resultando no aumento do número de casos de denúncias e punições a professores sob a acusação de doutrinação ideológica. Por trás da pretensa preocupação com a qualidade do ensino ministrado nas instituições escolares, estava a disputa pelas narrativas do passado; haja vista que o movimento direcionava suas preocupações em grande medida para a disciplina História e, por extensão, para as demais disciplinas das Ciências Humanas. E uma das pautas mais defendidas pelo Escola Sem Partido era justamente a narrativa referente ao golpe militar de 1964, em que a denominação golpe dava lugar a revolução. Fica fácil perceber que a defesa da suposta neutralidade ideológica camuflava a defesa da narrativa negacionista ou revisionista ideológica nos termos já discutidos.

Os argumentos e reflexões apresentados indicam as tensões sociais pelo controle do passado. Não resta dúvida de que a disputa pela memória coletiva é aspecto fundamental da luta de classes; como vimos, as distorções dos acontecimentos históricos têm um propósito bem definido: legitimar a manutenção das classes dominantes. Não obstante, as produções midiáticas de cunho negacionista impactam de forma significativa a percepção do passado; apoiadas e financiadas pelas classes dominantes, o bombardeio de filmes e programas impregnados de falsos preceitos históricos têm um alcance notório. Assim, a difusão dessas ideias contribui para o quadro atual acerca da memória histórica do brasileiro em geral. Ao mesmo passo, encontram-se movimentos conservadores ou reacionários, que exercem pressão sobre os profissionais da educação, sobretudo os professores da área de Humanas. Acuados por esses grupos, muitos professores se calam

e acatam as exigências dos chamados cidadãos de bem. Como reverter este cenário desolador?

A tarefa não é simples, muito menos rápida. Encontrar uma linha explicativa para fatos históricos polêmicos passa pelo entendimento inequívoco de suas motivações. Enquanto não estabelecermos o que é historiografia e o que é mera opinião, rotular as produções negacionistas e explicitar ao público que se tratam de obra ficcional, continuaremos assistindo à assimilação dessas distorções por grande parte da população. No entanto, ao menos em sala de aula, os professores parecem conseguir recuperar sua autonomia outrora ameaçada. Vários Estados começam a proibir práticas vexatórias contra os professores. Tais práticas, estimuladas por movimentos conservadores como o Escola Sem Partido, consistiam no enfrentamento dos alunos contrários à narrativa histórica ministrada pelo professor. Por vezes filmado, esse enfrentamento era difundido na internet e trazia grandes transtornos ao professor denunciado, como xingamentos, ameaças físicas e até mesmo demissão da instituição que trabalhava. Portanto, o embate dos setores progressistas comprometidos com uma narrativa referendada pela historiografia e adequada à ética e coerência das interpretações das fontes históricas precisa ser aberto e assertivo. Apontar os erros e motivações por trás das versões distorcidas e fazê-los chegar ao maior número de pessoas é a principal arma para superarmos o negacionismo e o revisionismo históricos. A passividade só favorece as classes dominantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ensaio apresentado buscou estabelecer a conexão entre as mudanças empreendidas pelo modelo neoliberal na percepção do tempo presente e as construções narrativas negacionistas e revisionistas históricas para justificar ou negar o protagonismo dos militares na ruptura democrática de 1964. O objetivo dessa conexão, como ficou evidenciado, é apagar o caráter das tensões sociais em curso no período, escondendo a materialidade da luta de classes. Com o intuito de delimitar o que é historiografia e o que não é, as primeiras páginas foram dedicadas a um resumo histórico do período imediatamente anterior ao golpe militar, pois é de vital importância apresentar ao leitor como a História analisa esse contexto, ainda que pesem discordâncias entre os historiadores no âmbito do debate acadêmico e sustentadas por interpretações das fontes, balizadas pela ética e coerência intelectuais.

A segunda parte do texto tentou demonstrar a disputa em torno da memória coletiva. De um lado, a historiografia e seus profissionais (historiadores e professores), de

outro, negacionistas e revisionistas ideológicos apoiados e financiados pelas classes dominantes. Como eixo central da reflexão, está a ingerência dos militares na vida política institucional do país. Os argumentos apresentados indicam que setores hegemônicos da sociedade se beneficiam com as narrativas que ora retiram o protagonismo dos militares, ora negam o caráter antidemocrático dos eventos de 1964. Essas versões do passado são construídas com o propósito de afastar da análise histórica e, por conseguinte, de apagar o aspecto incontornável da luta de classes para a compreensão do período. Agindo por meio das mídias digitais, grupos conservadores alcançam uma significativa parcela da população, ao mesmo tempo, grupos da sociedade civil alinhados aos interesses das classes dominantes exercem pressão para constranger os profissionais da educação, ou mesmo proibir a autonomia desses profissionais no exercício de suas funções, notadamente, a atividade docente.

Para finalizar, as reflexões apontam para um caminho possível para a superação das distorções históricas sobre aspectos relevantes da memória histórica coletiva. O embate aberto por parte dos setores progressivos da sociedade deve ser o meio para descortinar os interesses por trás da suposta neutralidade dos conservadores e reacionários. Somente disputando os espaços de divulgação será possível apontar as incoerências contidas nas narrativas negacionistas e revisionistas ideológicas. Assim, fica evidente que a disputa pela consciência histórica coletiva é aspecto incontestado da própria luta de classes, e firmar posição neste campo é fundamental para a adequada formação da consciência da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BETHELL, Leslie. (org.) **História da América Latina após 1930: Estado e política**. – 1ªed., 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional de 29 de agosto de 1961**. p.167. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/emenda-parlamentarista/pdf/diario-do-congresso-nacional-de-29-08-61>. Acessado em: 05/12/2021.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

HERRERA, Genaro A. **El Pensamiento Político de los Militares**: estudios sobre Chile, Argentina, Brasil y Uruguay. - 2ªed. - Santiago: Centro de Investigaciones Socioeconómicas, 1986.

HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e Revisionismo Histórico. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi. **Novos Combates pela História**: desafios - ensino. Campinas: Contexto, 2021. p. 85-114.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana, MG: Editora SBTHH, 2018.

TURIN, Rodrigo. **Tempos Precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Rio de Janeiro: Zazie, 2019.  
**1964: o Brasil entre armas e livros**. Lucas Ferrugem e Filipe Valerim. Porto Alegre: Brasil Paralelo, 2019. 1 DVD (127 min).